

A comunicação para paz como alternativa para a ressignificação da violência cultural em torno da LGBTfobia¹

Diuan dos Santos Feltrin²

Resumo

O artigo apresenta reflexões sobre como a violência cultural contribui para reforçar discursos que subalternizam determinadas parcelas sociais, no caso, a população LGBTQ+. Se ampara nos Estudos para Paz que, diante do caráter multidisciplinar, abarcam o viés comunicacional. A comunicação para a paz é vista como estratégia capaz de repensar os modelos comunicacionais vigentes, que legitimam discursos de violência contra grupos sociais minoritários. Para demonstrar como a comunicação para a paz pode ser aplicada de forma efetiva, apresenta uma análise de conteúdo do podcast *Todas as Letras*, do jornal *Folha de S. Paulo*, que tem o objetivo de conscientizar sobre a diversidade de gênero. Constata-se que, embora haja predominância das lógicas comerciais, é possível repensar os modelos comunicacionais e promover reflexões críticas sobre os comportamentos sociais que desencadeiam violência.

Palavras-chave

Comunicação para a Paz; violência cultural; LGBTfobia.

Introdução

O conceito de violência é amplo e envolto em complexidades. É comum que, ao mencionar o termo “violência”, logo nos venha à mente imagens de horror, destruição e mortes, que são expressões de violência direta. No entanto, o conceito vai muito além dessas manifestações, de modo que a violência também pode se manifestar na sociedade de forma indireta e velada. Ações violentas estão presentes nas estruturas sociais e nos discursos culturais, transmitidos muitas vezes de forma natural. Essa naturalização, por sua vez, possui total relação com o aumento expressivo das manifestações de violência em sua dimensão direta.

O pensador norueguês Johan Galtung (1969, 2003) é um dos principais expoentes da perspectiva crítica intitulada Estudos para a Paz. Articulador do *Peace Research Institute of Oslo* (PRIO – Instituto de Oslo de Pesquisa sobre a Paz), a primeira instituição a adotar o conceito de *Peace Studies* (Estudos para a Paz), fundada em 1959 (PUREZA; CRAVO, 2005), Galtung se dedicou durante anos a compreender o conceito de violência, visto que o entendimento sobre o tema é pressuposto para empreender em iniciativas direcionadas à promoção da paz e a possível desconstrução de situações de conflitos.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação Intercultural e Interseccionalidade, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Jornalista. Mestrando do programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru – SP. E-mail: diuan.feltrin@unesp.br.

Neste sentido, foi superada a noção que reduz a violência somente a sua manifestação direta, isto é, com marcas evidentemente expostas, como agressões, mortes, destruição, etc. Segundo Galtung (1969, 2003), a violência também pode se expressar estrutural e culturalmente. Por violência estrutural (ou sistêmica), como a própria terminologia indica, compreendemos as violências relacionadas às estruturas e sistemas sociais. As desigualdades e a má distribuição de renda, por exemplo, ilustram este tipo de violência. Os agentes da violência estrutural, por sua vez, diferentemente da manifestação direta, nem sempre são identificados facilmente, haja vista que a própria estrutura social pode se revestir de uma falsa narrativa pacificadora, que mascara a violência presente nestas estruturas. Suas vítimas, em contrapartida, perpassam o cenário social, visto que são colocadas à margem e em condições de subalternidade.

A outra tipologia apresentada por Galtung (1969, 2003) é a de violência cultural, que ocupa dimensão simbólica e ecoa no sistema de normas e comportamentos sociais (PUREZA, 2000). Trata-se da manifestação mais sutil e silenciosa da violência. Está presente nos discursos sociais e produtos culturais, podendo facilmente ser propagada de forma natural (CABRAL; SALHANI, 2017). Discursos racistas, misóginos e LGBTfóbicos, por exemplo, resultam desses aspectos culturais que foram introjetados e naturalizados no senso comum. A violência cultural se manifesta, por exemplo, em narrativas jocosas, aparentemente inocentes, que depreciam determinados grupos sociais, os colocando em posições de inferioridade. Por expressar e reforçar ideais de dominação, a violência cultural pode legitimar as manifestações de violência direta e estrutural. Sua desconstrução demanda tempo e esforços, sobretudo educativos.

Por estar presente nos discursos socioculturais, é possível compreender que a violência cultural se constrói gradativamente, de modo que existe uma tácita “educação para a violência”. Neste sentido, os canais midiáticos possuem considerável responsabilidade na transmissão de discursos e estruturas capazes de reforçar posturas sociais violentas, principalmente quando simplesmente transmitem, sem propor problematizações, narrativas envoltas em aspectos de violência cultural, como a subalternização de determinados grupos sociais, por exemplo. Com efeito, se a violência pode ser transmitida e aprendida, a paz também pode caminhar nesta direção. Dentre os dispositivos disponíveis para promover uma melhor compreensão da paz e da possível desarticulação da violência, podemos pensar no impacto da comunicação para a paz no fortalecimento de um pensamento calcado no entendimento do conflito para sua possível desarticulação.

Diante do caráter eminentemente transdisciplinar³ dos Estudos para a Paz (GALTUNG, 2005), o presente artigo discute a comunicação impelida na promoção da paz como possibilidade de fomentar o pensamento crítico da sociedade diante de situações de conflitos sociais, fomentados pela violência cultural. Como recorte analítico, apresentaremos a violência contra a população LGBT+⁴ como uma expressão de violência cultural, tendo em vista que a cada 26 horas um indivíduo pertencente a este marcador social é morto no Brasil⁵. Buscaremos refletir sobre a seguinte questão-problema: “Como a Comunicação para a Paz pode auxiliar na desconstrução da LGBTfobia?”. De forma prática, com base nas perspectivas apresentadas pela Comunicação para a Paz, analisaremos alguns episódios do podcast *Todas as Letras*⁶, iniciativa do jornal *Folha de S. Paulo* realizada em 2019, que apresenta temas relacionados à diversidade afetiva, sexual e de gênero.

A seleção do referido podcast levou em consideração a iniciativa pioneira de um grande grupo jornalístico, no caso a *Folha de S. Paulo*, em investir em uma plataforma digital com o objetivo de abordar, em profundidade, temáticas relacionadas ao universo LGBT+. Determinadas discussões sobre as questões de preconceitos de gênero e sexualidade nem sempre encontram espaço na versão impressa do jornal; com isso, acreditamos que a decisão de se criar um podcast para discorrer sobre estas temáticas é válida, sobretudo diante da abrangência da mídia podcast, que atinge nichos de público que a versão impressa do jornal talvez não possa alcançar. O *Todas as Letras* contou com 11 episódios, sempre focando em algum grupo social inerente ao marcador LGBTQIA+. Selecionamos para análise três episódios do podcast, haja vista que este pequeno recorte nos possibilita refletir sobre aspectos pontuais da mídia em questão.

Como metodologia, aplicamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Segundo a autora, a análise de conteúdo se constitui como um conjunto de técnicas de análises que utiliza procedimentos sistemáticos para descrever objetivamente o conteúdo de mensagens veiculadas

³ A perspectiva crítica dos Estudos para a Paz amplia o leque de investigações, visto que busca compreender a paz em múltiplas dimensões, e não se restringe ao fenômeno das guerras (FERREIRA, 2016).

⁴ A sigla corresponde às lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e transgêneros. Diante da diversidade das expressões da sexualidade humana, acrescentamos o “+” como uma tentativa de ampliar a representatividade. Atualmente, sobretudo no âmbito da militância, utiliza-se a sigla LGBTQIA+, relacionada às seguintes manifestações de gênero: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais ou transgêneros, *queer*, intersexuais (pessoas cujo desenvolvimento biológico não se encaixa nas formas binárias), assexuais (pessoas que não sentem desejo sexual por outras pessoas, independente do gênero). Reconhecemos que no contexto heterocêntrico, todas essas manifestações são alvo de arbitrariedades, discursos de ódio e violência de cunho LGBTfóbico.

⁵ Segundo relatório mais recente divulgado pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), a cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Relatório disponível no portal www.ggb.com.br.

⁶ O podcast foi escolhido como um dos favoritos do ano de 2019 pelo Apple Podcasts. Nota disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/12/podcast-de-diversidade-da-folha-e-escolhido-como-destaque-na-apple.shtml>. Acesso em 22 mai. 2021.

na mídia. O conteúdo coletado para análise, resultado dessa sistematização, permite a realização de inferências de conhecimentos relativos as formas como tais mensagens foram produzidas ou recebidas (BARDIN, 2011).

LGBTfobia e violência cultural

De acordo com relatório divulgado pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), associação que desde 1980 atua na promoção dos direitos da população LGBT+ no Brasil, em 2019, 329 pessoas LGBT+ foram vítimas de morte violenta no país. Foram 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,8%). Os números sinalizam a urgência de se debater iniciativas empenhadas no combate à violência contra este segmento social. Diante dos casos que aumentam diariamente, podemos compreender que boa parte dessas ocorrências possui estreita relação com o pensamento LGBTfóbico⁷ que, no nosso entendimento, se trata de uma expressão de violência cultural, tendo em vista que estigmatiza uma parcela social, relegando-a a uma condição de inferioridade. A LGBTfobia subalterniza os homossexuais à medida que pressupõe a heterossexualidade como única expressão legítima da sexualidade humana. A relação da LGBTfobia com a violência cultural se evidencia quando se constata que os preconceitos contra este segmento social estão presentes de forma naturalizada nos discursos sociais.

Com base na articulação proposta por Eribon (2008), é possível realizar uma leitura da LGBTfobia aproximando-a do conceito de violência cultural. Segundo o autor, os homossexuais vivem cercados pela injúria, que começa na linguagem, impondo-lhes uma série de desígnios:

O mundo os insulta, fala deles, do que dizem de si. As palavras da vida cotidiana tanto quanto as do discurso psiquiátrico, político, jurídico, atribuem a cada um deles e a todos coletivamente um lugar – inferiorizado – na ordem social. Mas essa linguagem os precedeu: o mundo de injúrias está ali antes deles, e deles se apodera antes mesmo que possam saber o que são (ERIBON, 2008, p. 74).

A violência cultural é manifestada também por meio dessas “injúrias” que, conforme são transmitidas, se naturalizam nos discursos sociais. A violência cultural emerge no seio social e “[...] compreende os aspectos da cultura, ou seja, a esfera simbólica de nossa existência” (GALTUNG, 1990, p. 291, tradução do autor). Galtung (1990) exemplifica a esfera simbólica

⁷ A maioria dos autores(as) apresentam o conceito como homofobia. No entanto, usamos a expressão LGBTfobia por considerá-la mais abrangente.

como a religião, a ideologia, linguagem, arte, ciência empírica e ciência formal, argumentando que tais instâncias podem ser usadas para justificar e legitimar as violências de ordem direta e estrutural. Para Louro (2008), essas instâncias se articulam como dispositivos de poder, cujos discursos são formulados para estabelecer a centralidade da heterossexualidade. Nesta mesma linha de raciocínio, Borrillo (2016) considera que a própria presunção da heterossexualidade como dominante cerceia a liberdade das pessoas que estão na contramão desta manifestação de gênero.

As reflexões acerca da LGBTfobia, portanto, devem considerar que se trata de uma violência sustentada pela lógica da dominação, visto que o viés social calcado na centralidade masculina determina uma realidade denominada como heterossexualidade compulsória (CARVALHO, 2012; LOURO, 2008). Neste sentido, consideramos a violência LGBTfóbica a partir de seu viés interseccional, articulando-a com outras discriminações presentes na sociedade, que também são originadas a partir da ideia de supremacia de um grupo sobre outro. Rios (2009) afirma que a leitura interseccional da LGBTfobia corresponde a um compromisso epistemológico, e reforça que “a interseccionalidade da discriminação chama a atenção para o resultado da articulação das diversas discriminações, tais como raça, sexo, classe, orientação sexual e deficiência” (RIOS, 2009, p. 59). Como complementa Butler (2019, p. 21):

[...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”.

Pelo viés interseccional, é possível identificar como a violência cultural está entranhada no pensamento social que, de forma silenciosa, sustenta e reforça ideais de dominação. Borrillo (2016) também tece articulações entre a LGBTfobia e outras manifestações arbitrárias que inferiorizam e depreciam os sujeitos não pertencentes às esferas sociais dominantes, denominados como “outros”. Na lógica da dominação, o outro é “posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos” (BORRILLO, 2016, p. 13). Frente aos contextos de dominação, qualquer comportamento considerado destoante da ordem discursivamente estabelecida é condicionado à subalternidade, por ser visto como “ameaça” às estruturas dominantes.

Para Junqueira (2007), os marcadores identitários relacionados a sexo, gênero e orientação sexual não se constroem separadamente de outros marcadores sociais como raça, etnia, idade, etc. Segundo o autor, “tanto estes quanto aqueles não poderiam ser tomados de

maneira isolada e sem levar em consideração os contextos de produção de seus significados, os múltiplos nexos que estabelecem entre si e os mútuos efeitos que produzem” (JUNQUEIRA, 2007, p. 11). Ainda, segundo o autor, a LGBTfobia

transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais (gays e lésbicas), bissexuais, transgêneros (especialmente travestis e transexuais) etc. Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero (JUNQUEIRA, 2007, p. 9).

Os discursos sociais que maculam alguns grupos sociais, portanto, quando naturalizados, reforçam os efeitos da violência cultural, especialmente quando direcionados a enaltecer determinados grupos em detrimento de outros. Os canais midiáticos, na condição de instâncias pertencentes à esfera social, podem contribuir para reforçar estes cenários e discursos de violência. No entanto, existem possibilidades de ressignificar os discursos midiáticos, a fim de que possam contribuir para a ressignificação de estruturas de violência. Pelo fato de as articulações dos Estudos para a Paz serem plurais e multidisciplinares (GALTUNG, 2006), é possível refletir sobre o papel da comunicação midiática na edificação de uma cultura de paz. Principalmente pelo fato de que nossas sociedades estão cada vez mais midiáticas e, portanto, a ideia que concebia o receptor como agente passivo no processo comunicacional foi superada. A comunicação impelida na edificação da paz enxerga o público como potencial agente de transformação.

Comunicação para a paz: repensando discursos de violência

A condição eminentemente multidisciplinar⁸ dos Estudos para a Paz nos possibilita refletir sobre o papel da comunicação em meio às iniciativas direcionadas a desconstruir estruturas de violência. No entanto, é válido ressaltar que todo processo de desconstrução não

⁸ Autores como López Becerra (2011) e Pureza (2000) apresentam a trajetória dos *Peace Studies* (Estudos para a Paz) como iniciativas direcionadas à compreensão dos conflitos desencadeadores de guerras. A partir da década de 1960, temas como justiça social, equidade, direitos econômicos e sociais passaram a ser vistos como formas de garantir o bem-estar geral. Nesta ótica, a paz é vista como ausência de conflitos. Esta conceituação provém da criação do Instituto para a Paz de Oslo, Noruega, um marco no que tange aos Estudos para a Paz, encabeçado pelo filósofo e matemático Johan Galtung, considerado um dos maiores expoentes das pesquisas para a paz. Por perpassar todas as ciências, a paz, segundo Galtung, possui caráter multidisciplinar. A Comunicação é vista como uma dessas ciências que visam compreender as noções de paz e ausência de conflitos.

é imediato, pois demanda reeducação e mudanças de mentalidade. Os aspectos da violência cultural, por exemplo, estão introjetados no sistema de normas e comportamentos sociais (PUREZA, 2000) e se apresentam de formas tão sutis que seus efeitos, embora resultem em intensos conflitos, dificilmente são percebidos de imediato. Assim, é notório que existe uma silenciosa “educação” para a violência, que se expressa nos discursos sociais; neste sentido, os canais comunicacionais possuem centralidade no que tange à transmissão desses pensamentos, de modo que os discursos comunicacionais podem ser articulados para reforçá-los, ao passo que naturalizam determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos (CABRAL; SALHANI, 2017). Por outro lado, a prática comunicacional também pode ser direcionada para a desconstrução dessas ideias até então naturalizadas.

As reflexões sobre a comunicação para a paz começam a ser aprofundadas no contexto dos Estudos para a Paz, precisamente no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, quando os meios de comunicação passaram a ser vistos como potenciais ferramentas de persuasão, capazes, sobretudo, de consolidar ideologias e influenciar tomadas de decisões. Segundo Vicente (2015, p. 280), vislumbrar a comunicação como processo social contribui para fortalecer o viés estratégico do campo, o que desencadeou novas formas de interpretar os fenômenos sociais. Para muito além da mera divulgação da violência em sua manifestação direta, a comunicação para a paz procura esmiuçar o conflito, de modo a elaborar compreensões sobre os fatores que desencadearam o conflito.

Na visão de Arévalo Salinas (2014, p. 58), a violência pode ser estimulada pelos meios de comunicação, de modo que os efeitos dos conflitos são como respostas às estratégias de controle social por parte dos grupos que ocupam o poder, seja ele governamental ou midiático. Este argumento nos leva a pensar nos interesses subjacentes ao campo da comunicação em manter e reforçar contextos conflituosos. Como exemplo, tendo como recorte à temática deste artigo, a articulação midiática empenhada em não problematizar o pensamento LGBTfóbico, contribuirá com as argumentações que colocam a heterossexualidade como única expressão legítima da sexualidade humana. Arévalo Salinas (2014) complementa que tal empenho na permanência do conflito por parte dos canais midiáticos gera uma percepção negativa do mundo, o que fragiliza quaisquer iniciativas coletivas que tenham o objetivo de confrontar os sistemas de violência e promover efetivas transformações sociais.

A comunicação para a paz, no entanto, está articulada justamente para ressignificar esta cultura midiática centrada no conflito e, principalmente, busca legitimar outras formas de comunicação que se contraponham ao *status quo* vigente. Como salientam Nos Aldás, Seguí-Cosme e Machota (2008, p. 14, tradução do autor), comunicar para a paz seria promover:

[...] uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativa de soluções pacíficas dos conflitos. Que seja voltada à criação de discursos sociais de cultura de paz. Discursos que constituam um lugar de encontro. De reconciliação. De construção de uma memória reconciliadora. De uma memória viva e em contínua construção (NOS ALDÁS; SEGUÍ-COSME; MACHOTA, 2008, p. 14, tradução do autor).

Com efeito, vemos a comunicação para a paz como um processo articulado a partir das bases, que visa o protagonismo dos cidadãos e cidadãs diante de situações de dissenso. Uma comunicação que garanta transparência e visibilidade às iniciativas dedicadas ao bem-comum, respeitando as pluralidades locais e as diversas iniciativas empenhadas na ressignificação dos conflitos (VICENTE, 2015; ARÉVALO SALINAS, 2014).

Como salienta Vicente (2015), a paz estimulada pela comunicação deve caminhar além da mera ausência de conflitos e estimular o bem-estar permanente e integral. O autor reforça que a comunicação para a paz pode contribuir para a garantia de transparência e visibilidade às ações voltadas à coletividade, em detrimento daquelas restritas a uma minoria privilegiada. “A comunicação e a paz ativa seriam assim transformadas em estratégias e ferramentas com ações cada vez mais horizontais, em que o fluxo de informações e a razão de ser da sociedade viriam das bases” (VICENTE, 2015, p. 288, tradução do autor).

O direcionamento da comunicação para a paz estimula o engajamento social, na medida em que incentiva o exercício pleno da cidadania como possibilidade de desconstruir realidades de opressão. O esquema a seguir, com base no que propõe Arévalo Salinas (2014), apresenta alguns vieses que podem auxiliar na identificação de elementos que compõem uma prática comunicacional impelida na promoção da paz. Vale ressaltar que o autor considera a paz como um processo que se constrói a longo prazo e que é intrínseco às lutas por justiça social; esta alternativa comunicacional é caracterizada por manifestar um compromisso e um posicionamento evidente sobre as questões sociais marcadas por injustiças e violências, sobretudo de ordem estrutural ou cultural (ARÉVALO SALINAS, 2014). Contudo, os tópicos apresentados pelo autor não são determinantes, isto é, não se tratam de orientações incisivas de como a comunicação deve ser praticada. Tratam-se de direcionamentos voltados a fomentar uma leitura crítica sobre como os processos comunicacionais são construídos e como podem ser ressignificados a fim de amenizar os efeitos da violência na sociedade.

Quadro 1. Características da Comunicação para a Paz

Compreensão e reflexão sobre os problemas estruturais	A comunicação para a paz incentiva o debate sobre os problemas estruturais, apresentando dados e informações relevantes para estimular a compreensão sobre as violências produzidas no contexto local, nacional e mundial.
Debate sobre as alternativas de mudança social	Os discursos de paz propõem alternativas de superação de contextos de violência, como forma de fomentar o debate social acerca da transformação/ressignificação dos problemas estruturais. Os discursos também se embasam na ideia de que a mudança é possível.
Reconhecimento da pluralidade de opiniões, crenças, percepções e culturas	A comunicação para a paz privilegia o diálogo, por meio da horizontalidade das relações. Todas as vozes e pontos de vista são legítimos para os debates. Esta proposta de comunicação é plural, cosmopolita e intercultural.
Fomento de uma cidadania ativa e indignada perante as injustiças	Desenvolve discursos que estimulam a visão crítica acerca das realidades de exclusão; esta indignação, por sua vez, não é passiva, mas sim, engajada na ação e participação nos processos de mudança. Os discursos fomentam a ideia de que a mudança apenas se viabiliza a partir da participação social.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Arévalo Salinas (2014, p. 63-64, tradução do autor)

Com base nessas acepções, é possível visualizar a comunicação para a paz como uma possibilidade de ressignificar a forma como as mensagens comunicacionais são construídas, com enfoque tanto no emissor quanto no receptor. No que tange aos processos de construção de mensagens, a proposta promove rupturas com as lógicas imediatistas que regem a comunicação midiática inserida no mercado, geralmente limitada a reproduzir pensamentos e

modelos hegemônicos, sem espaço para problematizações. Quanto aos receptores, a comunicação para a paz sinaliza a primazia do engajamento, na medida em que valoriza o potencial crítico do público, que pode se organizar para confrontar estruturas marcadas pela violência e opressão.

Com relação à aplicabilidade da comunicação para a paz, destacamos o jornalismo para a paz como uma das vias pela qual este modelo de comunicação pode se efetivar. Trata-se de uma perspectiva que nasce para reivindicar novos esquemas do fazer jornalístico, capazes de substituir os parâmetros atuais da comunicação (ARÉVALO SALINAS, 2014; CABRAL; SALHANI, 2017). Este viés apresenta possibilidades para que o exercício do jornalismo privilegie a multiplicidade de vozes, de modo a romper com maniqueísmos geralmente predominantes nas coberturas jornalísticas em contextos conflituosos, que colocam em posições antagônicas os “ganhadores” e os “perdedores” (McGOLDRICK, LYNCH, 2000). O jornalismo para a paz preza pelo equilíbrio nas coberturas, à medida que apresenta todas as facetas inerentes aos conflitos. Trata-se de um processo lento e gradual, pois está direcionado para contextualizar e ressignificar os conflitos (CABRAL; SALHANI, 2017).

O próximo tópico apresenta a análise de conteúdo de um produto midiático, a fim de identificarmos elementos que indiquem a realização de uma comunicação voltada para a paz. O produto em questão se trata de um podcast realizado em 2019 pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Intitulada *Todas as Letras*⁹, a iniciativa teve como foco promover orientações acerca do universo LGBTQIA+, concedendo voz e representatividade às pessoas pertencentes a estes marcadores sociais. As unidades de análise se concentram nos três primeiros episódios do podcast; como critérios analíticos, utilizamos as características da comunicação para paz (conforme quadro 1).

Podcast *Todas as letras*

Lançado em junho de 2019, o podcast *Todas as Letras*, iniciativa do jornal *Folha de S. Paulo*, teve como objetivo debater as principais questões relacionadas ao universo LGBTQIA+. Como publicado no portal do veículo, além das particularidades que envolvem os marcadores sociais, o programa também visa discutir as discordâncias sociais e políticas sobre

⁹ Disponível no sistema Spotify, no link:

<https://open.spotify.com/show/3HR3IIzmTKhm8aCJYge45b?si=3Owvx1SmT6K4GDoOZrgBMQ>

No portal da *Folha de S. Paulo*, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/especial/2019/todas-as-letras/>

o tema. Foram produzidos 11 episódios, entre junho e outubro de 2019, divulgados quinzenalmente.

Os podcasts são programas de áudio transmitidos on-line por meio de suportes como sites, plataformas de *streaming* ou aplicativos. Utiliza princípios da comunicação sonora, mais especificamente do rádio, e podem ser consumidos a qualquer momento, desde que o ouvinte tenha acesso às ferramentas on-line. Os conteúdos contemplam temáticas variadas, como coberturas jornalísticas, análises políticas, cultura em geral, humor, etc.

O episódio intitulado *O T da questão*, divulgado no dia 10 de junho, aborda a realidade vivida pelas pessoas trans, no Brasil. Logo na abertura, o mediador Renan Sukevicius afirma que o sexo biológico influencia diretamente na forma como os indivíduos são aceitos ou não pela sociedade. Nos primeiros minutos do episódio, explica o conceito de cisgeneridade, que indica uma pessoa cuja anatomia está alinhada com o gênero ao qual se identifica; em seguida, aponta que a transexualidade corresponde à não identificação do gênero com as características biológicas.

O episódio apresenta depoimentos de duas mulheres trans: Isabela e Marina. Ambas narram como foi o processo de descoberta e autoaceitação da identidade de gênero; relatam os preconceitos sofridos no âmbito social e como conquistaram respeito e aceitação no núcleo familiar. Após as narrativas, o mediador do podcast reconhece que as personagens representam um recorte privilegiado quando comparadas à realidade normalmente vivenciada pelas pessoas trans, visto que, na maior parte das vezes, são relegadas à marginalidade. Muitas, inclusive, recorrem à autoaplicação de hormônios, o que é nocivo para a saúde.

O episódio também traz informações importantes sobre o processo de redesignação de gênero e explica como as pessoas podem proceder a partir do momento em que passam a se identificar como transsexuais. Tece, inclusive, críticas aos produtos midiáticos, dado que normalmente a transexualidade é representada por meio de relações com a criminalidade e a prostituição. Seguindo na contramão do que predomina, o episódio entrevista Luca Scarpelli, homem trans que possui o canal Transdiário, no YouTube¹⁰, que traz precisas orientações sobre o processo de descoberta e aceitação da transexualidade. Por fim, o episódio apresenta os aspectos sociais e psicológicos inerentes ao processo de redesignação de gênero, com a visão de profissionais da saúde que salientam a necessidade de acompanhamento junto às pessoas que realizam estes processos.

¹⁰ <https://www.youtube.com/channel/UCDZD4KvGmjkq-GTb5AXD0nQ>

O episódio *Agora é crime, sim Mas, como e por quê?*, veiculado no dia 24 de junho, comenta a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de enquadrar a LGBTfobia como crime de racismo. O conteúdo é predominantemente informativo e inicia apresentando os dados sobre a violência praticada contra a população LGBT+, divulgados pelo Grupo Gay da Bahia. Na sequência, com o objetivo de frisar como este marcador social é alvo da violência, narra alguns episódios de violência de motivação LGBTfóbica.

São situados conceitos como heteronormatividade compulsória, além de conter explicações sobre as determinações impostas aos gêneros, que relegam à masculinidade o ideal de força e dominação, ao passo que às mulheres são conferidas características relacionadas à fragilidade. Tais lógicas reforçam e legitimam as violências praticadas contra pessoas que seguem na contramão dessas normas sociais. Para destacar a importância da criminalização da LGBTfobia, o episódio em questão narra um breve histórico das lutas da população LGBT+ no Brasil. Ademais, cumprindo o importante papel de divulgar informações de interesse público, salienta como é possível proceder caso seja vítima ou presencie algum tipo de violência de cunho LGBTfóbico.

Por fim, o episódio *Conservador, católico e gay* tem como ponto de partida a polarização política e ideológica nas eleições presidenciais de 2018, caracterizadas por intensos confrontos entre os grupos que disputavam o poder; neste contexto, temas relacionados à sexualidade ocuparam a centralidade dos debates políticos, de modo que um dos lados da polarização se assumia como conservador e defensor da chamada “família tradicional”. Diante das argumentações apresentadas pelo espectro conservador, seria praticamente impossível pensar que pessoas LGBT+ endossariam tal tipo de projeto político. No entanto, uma das pesquisas de intenção de votos realizada pelo instituto *Datafolha* perguntou sobre a orientação sexual das pessoas. O resultado: 29% dos indivíduos que se declararam gays votariam no candidato da extrema-direita, cujos discursos foram marcados por diversos tipos de ataques e ofensas aos homossexuais.

Frente a esta realidade, o episódio discute o fato de que é possível ser LGBT+ e conservador ao mesmo tempo; traz pontos de vistas de gays conservadores, que justificam as razões que os levaram a optar pelo candidato direitista. Também são colocadas em pauta algumas figuras políticas assumidamente LGBTs, mas pertencentes ao espectro conservador. O episódio também traz a informação de que as políticas públicas para esta população geralmente são pouco debatidas pela direita, haja vista que o movimento LGBT brasileiro e os movimentos de esquerda nasceram no mesmo contexto. O episódio é concluído com reflexões históricas acerca desses movimentos.

Ao analisarmos estes três episódios à luz das características de uma comunicação direcionada para a paz, percebemos que existe um esforço evidente em assegurar a multiplicidade de vozes. O podcast analisado tem como foco promover orientações relacionadas às pautas de interesse de uma população que historicamente é alvo de violências de todos os tipos, mas que têm origem no viés cultural, naturalizado socialmente.

Nas breves descrições de cada um dos episódios, apresentadas anteriormente, é possível identificar que existe uma compreensão sobre os problemas estruturais. Isso se evidencia pela própria necessidade de se articular um programa focado em discutir e orientar sobre temáticas relacionadas à sexualidade; nos programas analisados, sempre são apresentadas informações sobre como a LGBTfobia se apresenta na sociedade, nem sempre de forma evidente, mas também nas sutilezas.

Também é possível identificar o debate sobre as alternativas de mudança social, especialmente no episódio *Agora é crime, sim. Mas, como e por quê?*, focado na criminalização da LGBTfobia. As lutas da população LGBTQ+ pela garantia de direitos e representatividade culminaram nesta conquista; no que tange à comunicação para a paz, cabe orientar e comunicar sobre a efetividade da mobilização social para garantia de direitos.

Nas unidades de análise é possível identificar o reconhecimento da pluralidade de opiniões, crenças, percepções e culturas. No primeiro, as personagens transexuais entrevistadas reconhecem seus privilégios sociais, ao passo que sinalizam que grande parte dessa população se encontra marginalizada. O terceiro episódio, por sua vez, apresenta vozes de LGBTQs com pensamentos conservadores, ainda que as pautas dessa população quase sempre possuem relação com direcionamentos políticos progressistas.

No que tange ao fomento de uma cidadania ativa e indignada perante as injustiças, o podcast em questão pode promover maior engajamento da população LGBTQ+ a fim de se articular para combater a violência. Ademais, na medida em que traz informações sobre as demandas, particularidades e anseios desta população, também pode promover a conscientização social quanto à urgência de se combater os discursos de violência.

Considerações finais

Este artigo apresentou a comunicação para a paz como possibilidade de ressignificar estruturas marcadas por traços de violência cultural. Na condição de instância social ativa, os processos comunicacionais podem ser elaborados para simplesmente reproduzir os discursos sociais dominantes ou, por outro lado, proporem reflexões críticas e problematizações acerca

dos dilemas sociais, inclusive, apresentando caminhos e possibilidades de superação. Dentre as diversas manifestações de violência cultural identificadas na sociedade, foram apresentadas reflexões sobre a LGBTfobia, uma violência que dia após dia se acentua no Brasil, dizimando grande parcela da população. Tal violência tem origem no discurso naturalizado socialmente, que determina a heterossexualidade como norma e relega as outras expressões de gênero à subalternidade.

A partir da articulação teórica relacionada à comunicação para a paz, foi possível refletir sobre as possibilidades de ressignificação dos discursos midiáticos dominantes. As características da comunicação para paz propostas por Arévalo Salinas (2014) possibilitaram a realização de uma leitura crítica sobre como o fazer comunicacional pode ser direcionado com o objetivo de promover rupturas com os sistemas de normas e comportamentos que regem a sociedade e naturalizam violências.

Por meio das breves análises do podcast *Todas as Letras*, compreendemos que é possível redirecionar a comunicação para promover o debate crítico diante das estruturas de violência. Apesar das lógicas imediatistas impostas pela comunicação inserida no contexto mercadológico, a comunicação para a paz se apresenta como possibilidade teórica para se promover a ressignificação dos cenários marcados pela violência cultural, com espaço para a crítica e o fomento do debate. Ainda incipiente no Brasil, as investigações relacionadas ao potencial transformador da comunicação podem auxiliar a repensar os processos de elaboração das mensagens midiáticas, ressignificando direcionamentos que, porventura, reforcem aspectos da violência cultural. Este estudo inicial abre possibilidades para futuras investigações acerca da comunicação para a paz como estratégia teórica e metodológica na leitura crítica do campo comunicacional.

Referências

ARÉVALO SALINAS, Alex Iván. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-Compós**, Brasília-DF v. 20, n. 3, p. 1-20, 2017.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba-PR: Appris, 2012.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. A transdisciplinaridade nos estudos de paz. *Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*, n. 103, 2016. Disponível em <https://mundorama.net/?p=19085>. Acesso em 08 fev. 2020.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

GALTUNG, Johan. Peace Studies: a ten point primer. **Peace Studies in China: Nanjing University, 4-6 March 2005**. Disponível em <https://www.transcend.org/files/article536.html>. Acesso em 27 abr. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 1, 2007.

LÓPEZ BECERRA, Mário Hernán. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. **Revista Paz y Conflictos**, Granada, n.4, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

McGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. **Peace Journalism – What is it? How to do it?**, 2000. Disponível em goo.gl/YSMTuj. Acesso em 16 abr. 2020.

NOS ALDÁS, Eloísa; SEGUÍ-COSME, Salvador; RIVAS MACHOTA, Ana María. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a paz e cultura de paz**. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz”, n. 95/96, p. 33-42, Lisboa, 2000.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 5-19, 2005.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 53-83.

VICENTE, Maximiliano Martín. Comunicación y paz activa: un dialogo posible. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, p. 275-292, 2015.